

Moção aprovada na Assembleia Geral de Sócios de 17 de Maio de 2007

TODOS OS PROFESSORES E EDUCADORES DEVEM ADERIR À GREVE GERAL

A Greve Geral do próximo dia 30 de Maio terá de ser um momento muito forte na luta dos trabalhadores portugueses, incluindo os professores e educadores do sector público e do particular e cooperativo, desde os jardins de infância às universidades.

O objectivo principal da Greve Geral é a exigência de um outro rumo para o nosso país, o que implica uma alteração profunda das políticas que estão a ser postas em prática pelo governo de José Sócrates. Uma política que, como os dados oficiais recentemente divulgados confirmam de modo iniludível, está a reduzir drasticamente o poder de compra dos trabalhadores portugueses, a empobrecer o país relativamente aos outros países da União Europeia, a aumentar o desemprego e a precariedade laboral, num claro retrocesso social: Portugal é dos países com mais injusta distribuição da riqueza no seio da Europa.

Com uma política que ultrapassa “pela direita” muitos governos conservadores na Europa, o executivo socialista, fiel aos mais radicais cânones neoliberais, desencadeou um violentíssimo ataque aos serviços públicos e aos trabalhadores da administração pública, que atingem de forma directa e explícita o sector da Educação e os docentes. A degradação das condições de trabalho nas escolas públicas, a diminuição dos apoios às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, a transformação das universidades públicas em fundações de direito privado, a ameaça de progressivamente serem entregues as escolas secundárias a “empresas” configuram medidas que potenciam a privatização da área da Educação e do Ensino, que de resto o Governo considera estar fora do “núcleo essencial das funções do Estado”

Os professores e os educadores portugueses estão a sofrer as consequências das políticas conservadoras do governo de Sócrates: o roubo de dois anos no tempo de serviço para progressão na carreira, a imposição de um ECD para o ensino não superior que destrói as expectativas de carreira legalmente firmadas a 2/3 dos docentes, o aumento irracional da carga horária lectiva e não lectiva, o agravamento das condições de aposentação, são apenas alguns dos motivos específicos dos docentes para a sua adesão à Greve Geral de 30 de Maio. A que devem acrescentar-se o aumento de desemprego na classe e a extrema instabilidade profissional e laboral, traduzida no conceito de “mobilidade especial” que ameaça passar para a situação de supranumerários milhares de professores e educadores, boa parte deles já no topo da carreira, numa atitude que leva à perda de confiança e de credibilidade nas leis do Estado, pelos vistos revogáveis a todo o tempo, ao sabor das conjecturas e das intenções de quem em cada momento seja governo.

Também os professores do Ensino Superior vivem momentos difíceis. O subfinanciamento das instituições e a redução do número de alunos estão a conduzir a políticas de despedimentos e de redução de horários, quer no sector público quer no sector privado, ao mesmo tempo que a progressiva “empresarialização” das Universidades e Politécnicos ameaça desvirtuar o essencial das suas funções sociais como sedes de produção de conhecimentos de elevada exigência.

O brutal agravamento das condições laborais dos docentes do sector público possibilitou aos detentores de escolas particulares e cooperativas o agravamento das condições laborais dos docentes desse sector, traduzido no aumento dos anos da carreira e na imposição de maiores dificuldades na progressão, nomeadamente através de novas regras para a avaliação de desempenho.

O “regresso à barbárie” protagonizado por este governo no que respeita à desregulação dos direitos laborais coroa-se com o vergonhoso ataque aos sindicatos, traduzido em medidas que mais não pretendem que dificultar o seu funcionamento e limitar a sua capacidade de intervenção. As penalizações na progressão nas carreiras que objectivamente resultam, na actual legislação, para os dirigentes sindicais docentes no exercício deste dever cívico, político e social, a criação pelo Ministério da Educação de estruturas “obedientes” que substituam os sindicatos nas negociações, de que o recém criado “Conselho de Escolas” é elucidativo exemplo, as ameaças dirigidas aos docentes que participam em reuniões e acções de natureza sindical, são uma verdadeira vergonha para qualquer governo, particularmente para um governo da responsabilidade de um Partido Socialista.

Contrariar esta política de ataque aos direitos laborais e de cidadania, combater a progressiva desresponsabilização do Estado nas áreas sociais, nomeadamente no campo da Educação e do Ensino, denunciar uma política que está a tornar Portugal cada vez mais pobre e socialmente cada vez mais injusto, **exige uma grande adesão dos professores e educadores à Greve Geral que a CGTP convocou para o próximo dia 30 de Maio.**

Só assim estarão criadas condições para inverter o rumo da actual política governamental e potenciar desenvolvimentos favoráveis nos processos negociais e reivindicativos dos professores e educadores portugueses, cuja luta por uma profissão e uma escola dignas receberá um novo e forte impulso dessa grande adesão”.

Pelas razões anteriores, a Assembleia-Geral de Sócios do SPGL considera que é possível a unidade dos professores com os outros trabalhadores e as suas organizações sindicais; esta unidade pode construir-se, como é exemplo a plataforma de todos os sindicatos dos professores contra o ECD, e deve também ser procurada nas lutas contra o desmantelamento dos serviços públicos e na exigência imediata da reposição da carreira única, tal como existe nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Neste sentido, a Assembleia-Geral de Sócios, reunida no dia 17 de Maio de 2007, decide:

- 1 - Apelar a todos os Professores e Educadores a que adiram à greve geral convocada pela CGTP para o próximo dia **30 de Maio**.
- 2 - Declarar que a gravidade das medidas políticas impõe que sejam feitos todos os esforços para um acordo com todos os sindicatos e centrais sindicais no sentido de potenciar a greve geral de 30 de Maio, para que seja desencadeada a mobilização de todos os trabalhadores, condição para que possamos impor de facto uma viragem no curso dos acontecimentos, levando nomeadamente:
 - a) ao restabelecimento da Carreira Docente única;
 - b) à retirada da proposta de lei para transformação das instituições do Ensino Superior público em Fundações de Direito Privado;
 - c) à revogação do Estatuto da Carreira Docente.
3. Propor que, aproveitando a força que certamente resultará de uma Greve Geral bem sucedida, seja exigida ao Governo a reabertura de um novo processo negocial tendente à concretização dos pontos atrás enunciados.